

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.482.662 - DF (2014/0032814-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : MURILLO DE ARAGÃO  
**ADVOGADO** : WILLIAM DE ARAÚJO FALCOMER DOS SANTOS E OUTRO(S) - DF020235  
**RECORRIDO** : IGNÁCIO DE ARAGÃO - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : IGNÁCIO DE HOLANDA CAVALCANTI PACHECO DE ARAGÃO  
**ADVOGADOS** : MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA E OUTRO(S) - DF002475  
TADEU RABELO PEREIRA - DF009747  
RUY JORGE RODRIGUES PEREIRA FILHO E OUTRO(S) - DF001226  
EDUARDO DE BARROS PEREIRA - DF013529  
ANDRÉ DE BARROS PEREIRA - DF014324  
ANA LUÍSA RABELO PEREIRA - DF012997  
**ADVOGADA** : TAYANA TEREZA DA SILVA RIBEIRO - DF026561

## EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ESPÓLIO DE IGNÁCIO. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVENTÁRIO. DOAÇÃO INOFICIOSA E SONEGAÇÃO DE BEM IMÓVEL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 284 DO STF. REFORMA DO JULGADO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## DECISÃO

Consta dos autos que o ESPÓLIO DE IGNÁCIO DE ARAGÃO, repr. por IGNÁCIO DE HOLANDA CAVALCANTI PACHECO DE ARAGÃO (ESPÓLIO DE IGNÁCIO) propôs ação de indenização por danos materiais e morais contra MURILLO DE ARAGÃO (MURILLO).

O juízo de primeira instância julgou os pedidos improcedentes (e-STJ, fls. 242/246).

O TJDFt negou provimento aos recursos de apelação interpostos pelo ESPÓLIO DE IGNÁCIO e MURILLO em acórdão assim ementado:

*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVENTÁRIO. DOAÇÃO INOFICIOSA E SONEGAÇÃO DE*

# Superior Tribunal de Justiça

*BEM IMÓVEL. AUSÊNCIA DE PROVAS. ATO ILÍCITO INEXISTENTE. REPARAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. NÃO CABIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. NÃO CABIMENTO.*

*1. O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito, conforme dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.*

*2. Deixando o espólio autor de comprovar a doação inoficiosa de bens do de cujus a uma das herdeiras, a alegada sonegação de bens não restou comprovada. Assim, inexistente ato ilícito, apto a justificar o cabimento da indenização por danos moral e material.*

*3. Tratando-se de conduta que não se amolda a quaisquer das hipóteses exaustivamente previstas no artigo 17 do Código de Processo Civil, não há como ser imposta qualquer penalidade a título de litigância de má-fé.*

*4. Nas demandas em que não houver condenação, os honorários advocatícios devem ser fixados nos termos do § 4º do artigo 20 da Lei Processual, mostrando-se incabível a majoração da aludida verba de sucumbência, quando observados os parâmetros expostos nas alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do mesmo dispositivo legal, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.*

*5. Recursos conhecidos e não providos (e-STJ, fl. 380).*

Os embargos de declaração opostos por ESPÓLIO DE IGNÁCIO e MURILLO foram rejeitados (e-STJ, fls. 414/425).

Irresignado, ESPÓLIO DE IGNÁCIO interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 12, V, 535, I e II, e 991, I e II, do CPC/73; e, 186, 1.320 e 1.794, §§ 2º e 3º, do CC/02, sustentando: (1) negativa de prestação jurisdicional; e, (2) possui legitimidade para a cobrança de indenização por dano moral, pois é transmissível dada a sua natureza patrimonial (e-STJ, fls. 431/470).

Por sua vez, MURILLO interpôs recurso especial, baseado no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, aduzindo, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, sob o argumento de que (1) o valor arbitrado a título de honorários não atendeu aos ditames legais, levando em conta a complexidade da causa e grau de zelo do profissional (e-STJ, fls. 518/524).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 537/540).

Em juízo de admissibilidade o apelo nobre de ESPÓLIO DE IGNÁCIO foi admitido (e-STJ, fls. 542/543), enquanto o de MURILLO embora não tenha sido admitido (e-STJ, fls. 544/545), ascendeu a esta Corte por via de agravo, que

# Superior Tribunal de Justiça

foi conhecido para determinar a sua reautuação como recurso especial (e-STJ, fl. 595).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação de ESPÓLIO DE IGNÁCIO não merece ser conhecida.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

## (1) Da negativa de prestação jurisdicional

Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535 do CPC/73, porquanto as alegações que fundamentaram a suposta ofensa são genéricas, sem indicação efetiva dos pontos omissos, contraditórios ou obscuros, bem assim porque deixou de indicar a sua imprescindibilidade ao julgamento da lide, os quais poderiam, em tese, levar a resultado diverso. Tal deficiência, impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, neste Tribunal: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ENTREVISTA OFENSIVA À IMAGEM E HONRA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF. VALOR DOS DANOS MORAIS. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. RAZOABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 1.022 do CPC/2015, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissos, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos*

# Superior Tribunal de Justiça

*de declaração.*

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no AREsp 1.376.790/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 20/5/2019, DJe 23/5/2019 – sem destaque no original)

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284 DO STF. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. VALIDADE DA CESSÃO. NECESSIDADE DE ANUÊNCIA DA COMPANHIA TELEFÔNICA CEDIDA. DECISÃO MANTIDA. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.*

[...]

*3. Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535 do CPC/73, porquanto o recurso cinge-se a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissos, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do STF, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.*

[...]

6. Agravo interno não provido, com aplicação de multa (AgInt no REsp 1.568.381/RS, minha relatoria, Terceira Turma, j. 8/4/2019, DJe 10/4/2019 – sem destaque no original)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. 2. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. AUSÊNCIA DE CERTEZA DA OBRIGAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA DESNECESSÁRIA. VIA ADEQUADA. PRECEDENTES. 3. REVISÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. Em relação à alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, constata-se a ausência de discriminação dos pontos omissos e/ou contraditórios, incidindo, no caso, o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.*

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1.340.103/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 25/3/2019, DJe 28/3/2019 – sem destaque no

original)

Além do mais, a jurisprudência desta Corte possui o entendimento de que os embargos de declaração têm por objetivo sanar omissão, obscuridade ou contradição no julgado e que, ***ausentes os vícios indicados no art. 535 do CPC/73, não cabe utilizá-los com o intuito exclusivo de prequestionar a matéria*** (EDcl no AgRg no REsp 1.499.467/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI, Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região, Segunda Turma, DJe 12/2/2016).

**(2) Da cobrança de indenização por dano moral**

O Tribunal distrital manteve a sentença concluindo que o ESPÓLIO DE IGNÁCIO não comprovou a doação inoficiosa de bens do *de cujus* a uma das herdeiras, o que implicaria na inexistência de ato ilícito a justificar o cabimento da indenização por danos moral e material.

Confira-se:

*Embora o autor/apelante tenha alegado que o acervo probatório constante dos autos demonstrasse que o imóvel em discussão pertencia ao patrimônio do de.cujus, não trouxe prova idônea apta a comprovar tal afirmação.*

*Importa destacar que tramita perante a 5ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília uma Ação Declaratória proposta pela, herdeira Rosane Salles de Aragão, cujo escopo é a declaração de que o imóvel em questão constitui bem particular, pretendendo, em consequência, à exclusão da colação nos autos de inventário.*

*Assim, ressalta cristalino que a questão relativa à propriedade do bem imóvel em litígio ainda não foi definida, uma vez que mencionado processo encontra-se pendente de julgamento.*

*No mesmo sentido, tenho por não comprovadas as alegações do autor/recorrente, de forma a determinar a colação do bem ao inventário, porquanto não demonstrado que sua aquisição pela herdeira foi, na verdade, doação inoficiosa do de cujus.*

*Ademais, tem-se que, de fato, o inventariante réu tinha conhecimento de que o imóvel constituído pelo lote 05-A da quadra QR 07 do Residencial Aldeia do Vale em Goiânia/GO encontrava-se em negociação por meio de contrato de compra e venda pela herdeira Rosane Salles de Aragão e a incorporadora do imóvel, todavia não vislumbro qualquer óbice legal à alienação do imóvel, uma vez que, até prova em contrário, trata-se de patrimônio particular da herdeira.*

*Ressalte-se que o próprio recorrente noticiou à fl. 237 que a questão relativa à colação do imóvel constituído pelo lote 05-A da*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*quadra QR 07 do Residencial Aldeia do Vale em Goiânia/GO é objeto de discussão em ação declaratória própria, razão por que não há que se falem ato ilícito apto a ensejar indenização diante da pretensa "subtração" do imóvel dos bens arrolados no inventário de Inácio de Aragão.*

*De igual modo, não há como ser acolhida alegação de que o de cujus contribui para o pagamento das parcelas do financiamento do referido imóvel, contraído pela companheira supérstite Vera Regina de Aquino Salles.*

*De fato, o acervo probatório constante dos autos não conduz à conclusão de que houve doação inoficiosa, mediante simulação de negócio jurídico de compra e venda. O fato de ter o de cujus contribuído para pagamento de despesas ordinárias da família durante a período de convivência com a sua companheira Vera Regina de Aquino Salles, não indica os valores foram oferecidos com a finalidade de ratear o pagamento das prestações do financiamento imobiliário.*

*Portanto, tendo em vista que o espólio/recorrente não se desincumbiu do ônus de demonstrar fato constitutivo de seu direito, nos termos do artigo 333, inciso I, do, Código de Processo Civil, não há como ser reconhecida a violação aos artigos 1793 e 1794 do Código Civil, porquanto a hipótese dos autos não se subsume à cessão de direitos hereditários, tampouco em sonegação de bens da herança (art. 1.992 CC).*

*Consoante bem consignado pelo d. Magistrado sentenciante.*

*Em princípio, nada há nos autos que confirme a versão do Requerente de que o bem constituído pelo lote 05-A da quadra QR 07 do Residencial Aldeia do Vale em Goiânia, GO faça parte do patrimônio de INÁCIO DE ARAGÃO ou dele tenha sido originado por doação inoficiosa.*

*A documentação formal da aquisição do imóvel não pode ser desprezada sem a firme comprovação de que tenha havido simulação do negócio jurídico para sonegar bem do espólio. O histórico enunciado da compra e venda e a documentação formal não obrigava o inventariante a incluir o imóvel dentre o conjunto de bens do espólio.*

*Para se imputar ao inventariante a responsabilidade pela colação do imóvel, era imprescindível comprovar a existência de simulação do negócio jurídico e que o réu inventariante tinha consciência do vício forjado para sonegar o bem ao espólio. Nada disso foi comprovado pelo autor.*

*Quanto ao pedido de condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, não se pode olvidar que para haver responsabilização civil, necessário verificar a presença dos seguintes requisitos: o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade.*

*In casu, não evidenciada a doação inoficiosa, bem como sonegação do bem, tem-se por não configurado o ato ilícito, apto*

# Superior Tribunal de Justiça

*a justificar o indenização por danos materiais e morais (e-STJ, fls. 386/389).]*

Dessa forma, para se chegar a conclusão diversa da que chegou o Eg. TJDF, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial.

Com efeito, não se mostra plausível nova análise do contexto probatório por parte desta Corte Superior, a qual não pode ser considerada uma terceira instância recursal.

No mais, referida vedação encontra respaldo na Súmula 7 desta Corte:

*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Assim, o recurso não se mostra inviável, o que enseja a sua inadmissão.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial de ESPÓLIO DE IGNÁCIO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator